

ENTRE O JURI E A BANCA

algumas pensares sobre exames de qualificação

MARIA INEZ CARVALHO

Licenciada e Bacharel em Geografia (Universidade de São Paulo, 1974), Mestre (1997) e Doutora (2001) em Educação, pela Universidade Federal da Bahia. Professora associada da FAGED/UFBA realiza estágio Pós-doutoral em Currículo pela Universidade do Minho. Tem como campo de estudo, além do ensino de Geografia, a teoria curricular. Coordena o Mestrado Profissional em Educação em Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas. O projeto de ensino, pesquisa e extensão, experiencia novo desenho curricular embasado dos princípios da complexidade em rede, tecnológica ou não. O campo de ensino do Projeto é, hoje, campo de inúmeras pesquisas e projetos de extensão, vinculados ao grupo de pesquisa FEP – FAGED/CNPq, do qual é líder. E-mail: miscarvalho@yahoo.com.br

JOAQUIM ALCOFORADO

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra, é professor na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e investigador do Grupo de Políticas Educativas e Dinâmicas Educacionais (GRUPOEDE) do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEISXX) - Unidade de Investigação da Universidade de Coimbra e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Coordena o Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária, e é Membro da Comissão de Coordenação do Doutoramento em Ciências da Educação, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Pesquisa, preferencialmente, temáticas de Educação e Formação de Adultos, Animação Sociocultural, Gestão de Projetos, Educação para as Carreiras, Validação de Adquiridos Experienciais, Sociologia do Trabalho e do Emprego e Formação, Trabalho e Desenvolvimento Profissional. E-mail: lalcoforado@fpce.uc.pt

Resumo: Artigo produzido após a participação dos autores em provas públicas de apresentação e defesa do Plano de Tese de duas doutorandas na Faculdade de Psicologia e de Ciências da *Educação* da Universidade de *Coimbra*. *Apresentamos* uma avaliação propositiva das diferenças entre as avaliações, chamadas em Portugal Defesa de Plano de tese; e no Brasil, Exame de Qualificação. Dialogando com teóricos com Barthes, Dewey, Orlandi e Moreira, discute-se as diferenças de terminologia, apresenta-se uma breve história das avaliações desta natureza e, a partir de interpretações fundadas nas díades finitude(completude)/infinitude(incompletude) e processo/produto, defende-se que os textos, assim como já acontece em Portugal, sejam textos sínteses perspectivados como processo, e não como produto.

Palavras-Chave: Defesa de Plano de Tese. Exame de Qualificação. Processo/produto Finitude(completude)/infinitude(incompletude).

ENTRE O JURI E A BANCA **algumas pensares constrativos sobre exames de qualificação e defesa de Plano de Tese**

Tudo vale, mas não vale tudo.
Paul Feyerabend

Este artigo foi produzido após a participação dos autores nas provas públicas de apresentação e defesa do Plano de Tese de duas doutorandas na Faculdade de Psicologia e de Ciências da *Educação* da Universidade de *Coimbra*¹. São projetos de pesquisa para elaboração da Tese de Doutorado em Ciências da Educação, na especialidade de Formação de Professores. Além dos conteúdos dos trabalhos apreciados, foi uma experiência que permitiu pensar as diferenças entre avaliação em Portugal e no Brasil. As constatações deste pensar são aqui apresentadas.

Em Portugal, trata-se do acordo com o Regulamento em uso de provas públicas incluídas na avaliação do primeiro ano do curso de Doutorado, as quais permitem o início do projeto de pesquisa e elaboração de Tese com duração prevista para os dois anos subsequentes. No Brasil, as provas desta natureza são chamadas de Exame de Qualificação.

1 ARAÚJO, Marluce Freire Lima de. *Formação e Autonomia Transformativa na Percepção de Alunas Egressas de um curso de Pedagogia - um estudo de caso em uma instituição de ensino superior do Brasil*. Orientação de Cristina Maria Coimbra Vieira.

SILVA, Janina Marques da. *Educação Profissional Integrada de Jovens e Adultos no Brasil e em Portugal: fatores críticos que contribuem para o sucesso*. Orientação de Joaquim Luís de Medeiros Alcoforado e Simone Valdete dos Santos (Universidade Federal do Rio Grando do Sul – Brasil)

Em primeiro lugar, não há como não destacar a pitoresca diferença que existe na terminologia, a começar pela denominação dada ao conjunto de professores que participam de eventos como avaliadores. A nossa última Flor do Lácio² fez algumas travessuras ao atravessar o Atlântico. O que é chamado de Júri na centenária Universidade de Coimbra, se cohece no Brasil como Banca. Semanticamente, não há dúvidas que Júri é termo mais adequado, acontece que Júri, no Brasil, tem fortes conotações. De um lado, participar de um Júri tem uma conotação muito jurídica, o que soa estranho e/ou desalojado para trabalhos em meio acadêmico que se pretendem da formação e não do julgamento. De outro, Júri no Brasil, também é usado, tradicionalmente, para concursos da televisão de apelo popular – por um lado e pelo outro, os brasileiros consideram, no mínimo, pitoresco participar de um Juri.

Independente do nome auferido ao conjunto de professores que participam do evento como avaliadores, especificamente, esta avaliação “a meio termo”, usual na grande maioria das pós-graduações, tem sofrido inúmeras mudanças em busca de um *optimum* nunca alcançado, se considerarmos que esse é um momento mais formativo do que inquisitivo.

Na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – FAGED UFBA, temos passado por algumas alterações. Nos anos 1990, tínhamos o que chamamos de Exame de Qualificação apenas para o Doutorado.

A qualificação era uma espécie de gincana com ares acadêmicos: o candidato recebia perguntas apresentadas pela banca e tinha 24 horas (daí a ideia de gincana) para entregar as respostas e apresentá-las, próximo ao espírito de uma Inquisição que resultava em um candidato nervoso, estressado movido pela terrível pressão, exercida pelos professores.

Ainda nesse período, o Mestrado, criado muito antes do Doutorado, não tinha Exame de Qualificação. O candidato tinha seu ingresso no Programa a partir da submissão de um anteprojeto, na metade do curso entregava o projeto concluído e este era avaliado por um professor, sem sua apresentação pública – ou defesa – como temos atualmente. Posteriormente, foi incluída uma pré-banca antes da apresentação final com a dissertação já finalizada.

Atualmente (2016), em todos os cursos de Pós-graduação da FAGED UFBA – Doutorado, Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional - há uma mesma linha para os Exames de Qualificação. O estudante, por volta da metade do curso, apresenta, presencialmente, o projeto de pesquisa desenvolvido até o momento a um banca examinadora com a inclusão de 1 ou 2 capítulos prontos com a finalidade de publicação em periodicos da área de Educação (consequência das exigências atuais de publicação). Esta é a normatização geral, sendo que cada linha de pesquisa do Programa, como é parte da natureza, faz algumas adaptações.

² *Última flor do Lácio*, é expressão de referência a língua portuguesa, cunhada por Olavo Bilac no soneto “Língua Portuguesa”, “*Última flor do Lácio, inculta e bela*” é o verso que se refere ao idioma Português como a última língua derivada do Latim Vulgar falado no Lácio, uma região italiana.

Podemos inferir que, tanto no caso dos Juris portugueses, como no das Bancas brasileiras, a avaliação de produção nesta natureza é uma tarefa, particularmente, dolorosa – que pode ser percebida em duas diádes que se intersectam: finitude(completude)/infititude(incompletude) e processo/produto.

Segundo Orlandi (1999), os textos são uma unidade inteira nos quais, pelo discurso, se instala a incompletude. Isso nos leva a discordar, em parte, de um certo modismo pelo qual se diz que os textos são inacabados. Os textos são finitos, quando o autor decide colocar o ponto final temos ali algo completo. Talvez, o que fica fora desta visão, a visão de que textos são inacabados, é que completo não é sinônimo de estático. Na primeira leitura, seja quem for o leitor, como nos ensina Orlandi (1999), a incompletude se instala. Em uma produção “a meio termo”, que ainda não é o produto final; isto é particularmente preocupante, pois a unidade do texto apresentado é embaçada pela unidade pretendida e exigida para o texto final.

Mas, o *continuum* completude/incompletude ganha contornos problemáticos pelo fato de termos como parâmetro acadêmicos o texto como produto. Os textos apresentado a “meio termo” não são produto e, como texto, tem ser completo, ter unidade textual. Como produto é um meio produto, um produto de meio de curso. O que se avalia nestes exames são processos, ou seja, como está se processando o caminhar para o produto final. Em palavras de Dewey (1985, p. 249), um processo para a consumação do movimento.

... como no oceano tempestuoso, há uma série de ondas; sugestões erguendo-se e esborando-se bruscamente, ou sendo trazidas avante pela cooperação de uma onda. Se é alcançada uma conclusão, é a de um movimento de antecipação e de acumulação que por fim chega a completar-se. *Uma “conclusão” não é uma coisa separada e independente; é a consumação de um movimento.* [grifo nosso]

A contradição posta para os exames em pauta é que temos uma artificial *consumação de movimento*, um exame, em meio, ainda, ao *oceano tempestuoso*. Uma tensão entre criação e comunicação estudada por Ana Paula Moreira (2011, p. 18),

Essa tensão entre criação e comunicação habita o âmago da produção de conhecimento, e aparece na literatura sendo referenciada como “contexto da descoberta e contexto da justificativa – ou justificação”.

O contexto da justificativa ... ocupa-se com o produto final e com a melhor maneira de apresentá-lo e justificá-lo perante a comunidade científica. ... O contexto da descoberta interessa-se pelos processos que culminaram em um determinado produto, ou seja, os processos de construção do conhecimento científico.

Na literatura, há uma polarização entre os que defendem a pertinência apenas do contexto da justificativa e os que defendem a complementaridade entre os dois contextos. Para os primeiros, a eliminação dos elementos de subjetividade proporcionaria mais rigor e coerência à ciência. Para os segundos, as experiências prévias, os acasos, os elementos arbitrários, a formação individual devem estar presentes na comunicação científica, pois o afastamento entre os contextos da descoberta e da justificativa acarretam graves prejuízos à compreensão.

Acontece que, nesta disputa, por mais que mudanças paradigmáticas tenham acontecido, a legitimidade incide sobre o contexto da justificativa, gerando um discurso que permanece hegemônico. Uma pressão hegemônica que incide tanto nos avaliadores quanto nos candidatos.

Sobre esta opressão, própria da língua, as amarras opressoras da linguagem, BARTHES (2004, p.12) é seminal,

A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva. ... Jákobson mostrou que um idioma se define menos pelo que ele permite dizer, do que por aquilo que ele obriga a dizer. ... Falar, e com maior razão discorrer, não é comunicar, como se repete com demasiada freqüência, é sujeitar: toda língua é uma reição³ generalizada.

E esse mesmo autor que nos aflige propõe um caminho de alívio contra estas amarras opressoras da linguagem,

resta ... trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura. (BARTHES, 2004, p. 15)

Apoiando-nos em Barthes (2004), vislumbramos que, nos textos em estudo, a saída literária fique por conta das narrativas. Talvez, apenas com uma boa narrativa seja possível esta difícil comunicação da criação. Um texto narrativo que abra a possibilidade de ser avaliado e/

3 No original francês: Parler, et à plus forte raison discourir, ce n'est pas communiquer, comme on le répète trop souvent, c'est assujettir: toute la langue est une **rection** généralisée. Neste excerto – retirado da edição portuguesa, de 1988, da Coleção Signos – a tradutora Ana Mafalda Leite opta por “regência generalizada” no lugar do termo “reição”, presente na edição utilizada nesse trabalho.«[...] Falar, e com mais razão discorrer, não é comunicar, como muitas vezes se diz, mas, sim, subjugar: toda a língua é uma **regência** generalizada.»

ou produzido, no que ele é: uma unidade inteira, completando uma artificial *consumação de movimento* em meio ainda ao *oceano tempestuoso*, no aguardo da incompletude que se instalará.

O que se tem, hegemonicamente hoje, são avaliações que, em maior ou menor intensidade e conhecimento, fazem concessões ao fato do trabalho ficar aquém de um bom produto final. No Brasil, é comum a frase: *Para um texto de qualificação (até que) é bom*. Um texto de qualificação nunca será bom se for escrito e/ou lido como um arremedo da perspectiva de produto final. Uma visão radical de entendimento sobre estes textos que os situem no contexto da descoberta, levará a novos modos de autoria e leitura e poderá ser comum frases do tipo: *Que excelente texto de qualificação!* Observação que terá pouca relação com o adiantado do trabalho.

Um outro aspecto que difere as vivências brasileiras e portuguesas é o texto entregue pelos estudantes. De modo oposto às exigências brasileiras, o texto português é uma síntese. O que foi percebido como deveras positivo. À primeira vista pode parecer um facilitador, mas não o é. O desenvolvimento da capacidade de síntese é fundamental para um investigador, sendo um processo complexo e, como tal, muito trabalhoso.

Conceitualmente, síntese - termo que, tanto em uma abordagem filosófica interpretada desde Kant, até os pensadores dialéticos; quanto no contexto da didática tradicional, na qual é ato de abordar as principais ideias e pontos de conexão de uma determinada lição - pode ser entendida como o substantivo feminino proveniente da palavra grega *synthesis* que indica uma composição ou arranjo. Esta ideia de composição e arranjo pode vir a fundamentar a defesa de que no Brasil, também, possamos normatizar para os Exames de Qualificação esse gênero de texto.

Potencializaria, neste momento de parada para o direcionamento do caminho final, tanto ao estudante de pós-graduação como ao avaliador, compreender, de maneira mais visual, o caminho já percorrido.

A síntese de texto faz parte daqueles exemplos que tiram as dúvidas se, de fato, *a simplicidade é a complexidade resolvida*. Simplicidade pode, aparentemente, parecer algo até menor, mas carrega em si toda a complexidade de um processo criativo.

Não seria uma panacéia, pois, assim como em qualquer outra opção teremos textos ótimos, textos bons e textos não aprováveis.

Esse dia na bela Coimbra, tão ligada à história do Brasil, ficará marcado com um “acontecer parceiro” entre a Educação de nossos dois países.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R, **A Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

DEWEY, John. Tendo uma experiência. *In*: **John Dewey**. (Coleção Os pensadores) 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MOREIRA, Ana Paula. A experiência da formação, a formação na experiência e a ampliação da esfera de presença. **Dissertação** (mestrado). Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Educação. Salvador, 2011.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso**: análises e procedimentos. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.